

OS ESCUDOS DE OURO DA REPÚBLICA

António Miguel Trigueiros
*Em sentida homenagem
ao confrade e amigo
Norberto Correia*

Há uma história ainda por contar sobre as razões que impediram a República Portuguesa de cunhar e emitir moeda de ouro corrente nos seus três períodos historicamente bem divididos, conhecidos por 1.ª, 2.ª e 3.ª República, até à entrada em vigor da moeda única europeia.

Para este artigo utilizamos textos dispersos noutras publicações e outros ainda inéditos¹, adaptando-os a este único tema, do ouro que podia ter sido amoedado e não



(foto 1)

1 – Prova dos 5 escudos de 1920 gravada por Alves do Rego e cunhada em 1923 por ocasião da visita à Casa da Moeda do Presidente da República, António José de Almeida (ouro 916.6/1000 e peso 8.87 g, da lei de 1854; dia. 24 mm, do decreto de 1911). Coleção Carlos Marques da Costa. Lisboa.

(1) Encontra-se nesta data (Dezembro de 2001) em curso de edição o meu livro *História Monetária do Escudo Português*, ed. Coleções Philae, cuja publicação está prevista para início de 2002 e onde constam todos os documentos ainda inéditos do arquivo da Casa da Moeda.

o foi, ou daquele outro que, tendo-o sido, não tinha como finalidade a circulação monetária.

A Saga dos 5 Escudos de 1920

Como é sabido, a unidade monetária da República foi criada pelo Decreto com força de lei de 22 de Maio de 1911, que, no respeitante à nova moeda de ouro, determinou o alinhamento do toque do metal precioso pelo toque adoptado desde 1878 pelos países da União Latina e pela Espanha (900/1000), reajustando os pesos (e os diâmetros) das moedas do sistema monetário em vigor desde 29 de Julho de 1854, de forma a compensar a descida da qualidade da liga com o aumento do peso:

10\$00 – peso 18.065 g, dia. 30mm;

5\$00 – peso 9.0325 g, dia. 24 mm;

2\$00 – peso 3.613 g, dia. 19 mm;

1\$00 – peso 1.8065 g, dia. 15 mm.

Após o começo da cunhagem das primeiras moedas de prata da República, a Casa da Moeda deu início, em 1913, ao concurso público para os modelos das gravuras das moedas de ouro, cujo programa foi aprovado pelo ministro das Finanças em Agosto desse ano e publicado no Diário do Governo n.º 198, de 25 de Agosto.

Para o júri deste segundo concurso foram indicados Columbano Bordalo Pinheiro (pelo Conselho de Arte e Arqueologia), António Augusto da Costa Motta (pela Sociedade Nacional de Belas Artes) e José de Brito (pela Escola de Belas Artes do Porto), que se reuniram a 5 de Dezembro para apreciar os quatro modelos concorrentes apresentados.

Da acta deste júri ficou atribuído o 1.º prémio ao modelo com a divisa «Fortuna pelo Trabalho», do escultor João da Silva e o 2.º prémio aos modelos do anverso do escultor Simões de Almeida (Sobrinho) e do reverso do escultor Francisco dos Santos.

Inicia-se aqui uma saga nunca antes contada e que só terminaria em 1924, quando o projecto de cunhagem daquela que seria a primeira moeda de ouro da República Portuguesa foi abandonado.

De facto, desde Março de 1914, quando os modelos de João da Silva lhe são devolvidos para a sua residência em Paris, para alguns acabamentos considerados indispensáveis à boa execução da cunhagem, até Julho de 1924, quando a Casa da Moeda recebe os punções das duas faces da moeda, gravados em Paris e entregues em mão pelo presidente do Ministério e ministro das Finanças, Álvaro Xavier de Castro, dez anos passaram e com eles perdeu-se também a oportunidade desta emissão, face à conjuntura económica e monetária da época.

Em Setembro de 1915, com os gessos ainda em poder do autor, é lhe comunicado que o valor a marcar será de 5 escudos. Desde então e até finais de 1921, os registos documentais da Casa da Moeda são omissos no que terá acontecido a João da Silva para

tão exagerada demora na entrega dos modelos definitivos, apesar dos insistentes pedidos nesse sentido. No entanto, são conhecidas duas reproduções em galvanoplastia, de cobre dourado e formato reduzido, que o autor realizou, a pedido da Casa da Moeda, para figurarem na Exposição Internacional do Rio de Janeiro de Dezembro de 1922, já com o valor de 5 escudos e a era de 1916².

Em 1920 os modelos já estavam em Lisboa, tendo sido gravados no metal por Domingos Alves do Rego, que desde 1914 ocupava o cargo de chefe da secção de gravura da Casa da Moeda.

Como o próprio deixou registado numa informação de Setembro de 1924,

«tendo notado que, certos pontos destes modelos, como por exemplo, no anverso, a cornucopia, a roda da fortuna e outros que ornaram a figura; no reverso, o raiado do escudo, a folhagem que ladeia o mesmo, as quinas, sem o raiado indicando azul como manda o preceito nobliarquico, os besantes (dinheiros) etc., tudo isto sem vida, com detalhe mal definido, muito apagado, faltas estas condenáveis em moedas destinadas à circulação, por se gastarem e arrasarem facilmente com o uso; procurei eu definir e dar mais vigor a estes detalhes – no meu trabalho de reprodução no aço – a todos estes pontos, que julguei necessário e assim fiz cunhos e cunhei provas. Viu o Sr. João da Silva estas provas que não gostou, por não concordar com os detalhes que fiz (...).»³

Não concordando o autor do modelo com a gravura aberta por Alves do Rego, teve arte de convencer o administrador-geral da Casa da Moeda, Lúcio de Azevedo, para realizar nova gravura em Paris, em vez de se aperfeiçoar ou fazer nova em Lisboa, como seria lógico e normal em trabalho de moeda nacional de tanta responsabilidade. Os modelos são novamente enviados para Paris em Dezembro de 1921, ficando João da Silva encarregue de proceder à abertura de nova gravura.

Passam-se os anos, a Casa da Moeda insiste e finalmente os punções e matrizes são entregues em mão, como se disse, por Álvaro de Castro, no dia 1 de Julho de 1924. Em finais de Agosto João da Silva envia a conta da despesa, indicando que,

«junto também 3 modelos em galvanoplastia, sendo 2 na dimensão intermediária que serviu para a redução os quaes estão devidamente

(2) Existem registos fotográficos destas reproduções em revistas da época. Veja-se, por exemplo, *A Ilustração Portuguesa*, n.º 894, de 7 de Abril de 1923, p. 426.

(3) INCM/CDI. Arquivo Histórico da Casa da Moeda, *Amoedação do Continente. Amoedação do outro 1911-1971*, cx. 4, proc. 4105. Neste processo figuram todos os documentos utilizados no seguimento deste texto.



(foto 2)

2 – Modelo de bronze do anverso da moeda de 5 escudos, com era de 1916, enviado por João da Silva para a Casa da Moeda em 1924 (dia. 390 mm). Museu Numismático Português. Lisboa.

doirados, tendo sido feitos para figurarem na Exposição Internacional do Rio de Janeiro e um grande nas dimensões da sua execução para ser archivado no Museu da Moeda».

E de facto ficou muito bem guardado no Museu Numismático Português um enorme modelo de bronze do anverso (dia. 390 mm), uma obra de modelação numismática verdadeiramente notável, uma escultura primorosa estilo Arte Nova, da Fortuna pelo Trabalho, datada de 1916...

Talvez nunca se venha a saber porque foi que esses modelos de 1916 nunca foram entregues à Casa da Moeda nessa altura, nem as razões para os quatro anos que João da Silva demorou até 1920 e depois, até 1924. Mas o que sabe é o que ficou registado na informação de Alves do Rego, de 18 de Setembro de 1924:

«Os cunhos agora apresentados pelo Sr. João da Silva, só com os elementos que trouxe, sem os indispensáveis a uma amoedação desenvolvida, não podem ser utilizados.»

E não foram mesmo, perdendo assim Portugal a oportunidade de ter moeda de ouro cunhada na vigência da 1.^a República.

Das provas ou ensaios do cunho gravado por Alves do Rego são conhecidos exemplares de cuproníquel, latão, cobre e cobre dourado, com a era de 1920, em colecções particulares, já que o Museu Numismático Português não possui nenhum. A mesma era figura ainda nos três únicos exemplares de ouro conhecidos, também na posse de colecionadores, muito provavelmente cunhados em 1923, por ocasião da visita à Casa da Moeda do Presidente da República, António José de Almeida.

Destes, o que evidencia melhor estado de conservação foi recunhado sobre uma moeda de 5000 réis de ouro de D. Luís I (peso 8.87 g e toque 916.6/1000, da lei de 1854, mas com dia. 24 mm, do decreto de 1911), sendo visíveis alguns algarismos da era (188.) junto ao bordo do lado direito da cabeça da figura representando «A Fortuna».

Talvez seja esse o exemplar oferecido ao Presidente da República como recordação da sua visita, conforme consta num documento do arquivo histórico da Casa da Moeda, e que seria depois por ele oferecido ao seu médico particular, tendo aparecido à venda numa ourivesaria da rua do Ouro em Lisboa, no início dos anos quarenta, passando daí para a posse de colecionadores⁴.

O Novo Escudo-Ouro de 1931

Com a entrada para o Ministério das Finanças de Oliveira Salazar, iniciaram-se em 1928 profundas reformas do sistema tributário, do orçamento, da contabilidade e da dívida pública, criando-se as condições que levariam, em Maio de 1931, à concretização legal da estabilização monetária entretanto alcançada. Surgem então os famosos diplomas da estabilização do valor da moeda, das bases de um novo contrato com o Banco de Portugal e da criação de uma nova unidade monetária, verdadeiras lições de economia monetária e financeira (Decretos n.ºs 18869, 19870 e 19871, de 31 de Maio de 1931).

Da sua autoria foi a decisão de se adoptar uma nova unidade monetária, com a mesma designação da anterior, um *novo escudo*, com o seu valor em peso de ouro ajustado às moedas estabilizadas estrangeiras, em vez de se empreender uma reforma para o repor no seu antigo nível de 1911 ou de se lhe mudar o nome, restituindo-lhe aquele peso, como consta no notável relatório que precede esse corpo legislativo.

Criada a nova unidade monetária e fixada a cotação do soberano inglês em 110\$, o peso de ouro do novo escudo, com o toque de 900/100, passou a ser de 0.0739 g, ou seja, valendo 1/24.444 do que valia pela reforma de 1911.

(4) Desejo agradecer ao ilustre colecionador, Sr. Carlos Marques da Costa, a preciosa indicação de que o seu raro exemplar, aqui reproduzido, tinha sido recunhado sobre uma moeda de ouro de D. Luís I. Esta evidência numismática comprova que, em 1923, ainda não havia discos de ouro preparados para uma amoedação regular dos 5 escudos.

O novo regime monetário passou a integrar moedas de ouro, prata, alpaca e bronze, aproveitando-se emissões anteriores de comprovado êxito na circulação e criando-se novos tipos monetários, designadamente de ouro, de toque 900/1000:

250\$00 – peso 18.4908 g, dia. 31 mm;

100\$00 – peso 7.3963 g, dia. 22 mm;

50\$00 – peso 3.6981 g, dia. 19 mm.

Para a selecção dos modelos das faces das novas moedas de prata de 10\$, 5\$ e 2\$50 foi nomeado um júri composto pelo administrador-geral da Casa da Moeda, Joaquim Perestrelo de Vasconcelos, pelo chefe das oficinas José Pedro de Campos Pereira, pelo gravador-chefe Arnaldo Monteiro Fragoso e por representantes do Conselho de Arte e Arqueologia e das Escolas de Belas Artes de Lisboa e do Porto, respectivamente, José Veloso Salgado e Luciano Monteiro Freire⁵.

Tendo em conta a necessidade de uma boa distinção com moedas de alpaca em circulação (cores semelhantes), as bases deste concurso determinaram que as composições artísticas da nova moeda de prata teriam que ser bem diferentes, ou seja, não podiam ter nem o busto da República, nem o escudo ornamentado de formato regimental.

Esta cláusula seria determinante para a eliminação de um dos concorrentes premiados, o escultor Simões de Almeida (Sobrinho), cujos modelos seriam depois seleccionados para a futura moeda de ouro, conforme consta no Decreto-Lei n.º 20 372, de 10 de Outubro de 1931.

Ficaram, assim, compostas as faces das novas moedas de ouro da 2.ª República, que nunca chegariam a ser gravadas no metal nem cunhadas:

Anverso – ao centro, o busto da República de perfil à esq., com barrete frígio e coroa de louros, ladeado pela legenda «República Portuguesa», tendo por baixo da cabeça a era de cunhagem;

Reverso – ao centro, o escudo das Armas nacionais, ladeado por fachos sobre ramos de oliveira, tendo ao alto o valor em algarismos, dentro de cartela lisa e, em baixo, a designação da unidade de conta, dentro de cartela lisa.

As Provas de Ouro Comemorativas

Outros registos documentais dão conta das provas de ouro que se fizeram em 1954 e 1966, de amoedações comemorativas. Assim e por ocasião do lançamento da moeda

(5) INCM/CDI. Arquivo Histórico da Casa da Moeda, *Amoedação do Continente, Amoedação da Prata*, cx. 3, proc. 4102, vol. 1 (1931-1934); portaria de 31 de Agosto de 1931.

comemorativa de prata de 20\$ alusiva aos 25 anos do Ressurgimento Financeiro (1928-1953), foram cunhados três exemplares de ouro (toque 900/1000, peso 36.32 g), oferecidos ao Presidente da República e ao Presidente do Conselho de Ministros, sendo o terceiro depositado no Museu Numismático⁶.



3 – Primeira série das moedas comemorativas dos Descobrimentos Portugueses, emitida em 1987-1988. A moeda de ouro «BNC» alusiva à passagem do cabo Bojador por Gil Eanes em 1434, cunhada por Cavaco Silva na cerimónia na Casa da Moeda, foi entregue ao Museu Numismático Português.

(6) Id., *ibid.*, cx. 3, proc. 4102. Moeda Comemorativa da Renovação Financeira; *Amoedação do Ouro*, cx. 4, proc. 4105; e Almeida do Amaral, *Catálogo Descritivo das Moedas Portuguesas do Museu Numismático Português*, tomo III, INCM, Lisboa, 1990, p. 613, inventário n.º 22 802.

O mesmo aconteceu em 1966, quando a inauguração da «Ponte Salazar» sobre o Tejo, em Lisboa, foi motivo para a cunhagem de um novo tipo de moeda de 20\$ de prata, de que se cunharam também três exemplares de ouro (toque 900/1000, peso 19.2 g), com os mesmos destinos⁷.

Os Espécimes Numismáticos dos Descobrimentos

Entre todas as moedas comemorativas cunhadas no período posterior a 1983 sobressai, pela sua extensão, variedade e qualidade, a colecção de 44 moedas do Programa Monetário e Numismático alusivo aos Descobrimentos Portugueses, emitidas em 11 séries de 4 moedas cada ao longo dos quinze anos da vigência da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses (1987-2001). Deste Programa resultou a afectação de cerca de 6 milhões de contos à Comissão Nacional, ou seja, cerca de 30 por cento do seu orçamento de funcionamento nesse período de quinze anos.

Proclamado como o mais importante programa histórico da numismática mundial contemporânea, seria galardoado em 1992 com o Prémio Europeu de Numismática «Vreneli '92», em reconhecimento da sua notável contribuição para a valorização da moderna indústria da moeda⁸.

Além das moedas de cuproníquel destinadas à distribuição pública pelo valor facial, foram cunhadas versões especiais para colecionadores, em metais preciosos (prata, ouro, paládio e platina), constituindo-se assim colecções de elevado valor intrínseco para comercialização nos mercados numismáticos internacionais, acompanhadas pela oferta de reproduções de mapas antigos e de livros muito ilustrados e de linguagem acessível, contando a história «por detrás das moedas» de cada série emitida, com edição em várias línguas.

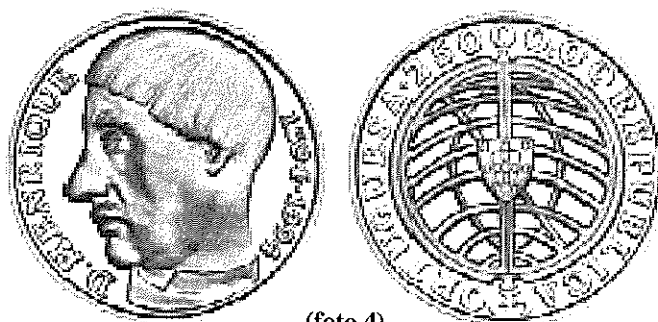
Foi desta colecção que saiu a primeira cunhagem de ouro regular na vigência do regime republicano, muito embora com o carácter de espécime numismático de moedas comemorativas, não sendo destinadas a circular pelo valor facial, mas a serem vendidas nos mercados colecionistas.

Teve honras de cerimónia solene, na Casa da Moeda, essa primeira cunhagem de ouro, no dia 23 de Outubro de 1987, com a presença do Primeiro Ministro, Prof. Cavaco Silva e inúmeras personalidades⁹.

(7) *Id.*, *ibid.*, ex. 3, proc. 4102, Moeda Comemorativa da Ponte Salazar; e Almeida do Amaral, ob. citada, tomo III, p. 615, inventário n.º 24 006.

(8) A história desta colecção vem descrita em pormenor no meu texto introdutório ao catálogo da exposição *Moedas Comemorativas dos Descobrimentos Portugueses*, CNCDP /Banco de Portugal, Lisboa, Outubro-Dezembro de 2001.

(9) Veja-se a reportagem publicada na *Revista Moeda*, n.º 6, vol. XII, Novembro-Dezembro de 1987, pp. 183-190.



(foto 4)

4 – Ensaio da moeda de ouro de 25 000 escudos comemorativa do 6.º centenário do nascimento do Infante D. Henrique (1394-1994), da autoria de Clara Menéres. Foram cunhados dois exemplares «BNC» e outros dois «Proof» (peso médio 10 g. dia. 23 mm), depositados no Museu Numismático Português.

Nas moedas das primeiras duas séries, com o valor facial de 100 escudos, o metal utilizado veio das minas de Jales, um facto que se quis deixar assinalado pela marca monetária “J” no anverso desses espécimes. Apesar de se ter deixado de recorrer ao minério aurífero português nas restantes séries do Programa, essa marca continuou a ser utilizada em todas as moedas de ouro até ao final.

A última tentativa de 1994

Em 1993, por ocasião do planeamento das actividades das comemorações nacionais do 6.º centenário do nascimento do Infante D. Henrique, surgiu a ideia de se homenagear de forma singular essa figura carismática da história de Portugal, pela cunhagem de uma moeda de ouro de curso legal e distribuição pública pelo valor facial. A concretizar-se, esta moeda seria a primeira moeda de ouro corrente a ser emitida desde 1911.

Após a aprovação pelo Governo do plano anual de moedas comemorativas para 1994, o projecto de uma moeda de ouro com o valor facial de 25 000 escudos começou a tomar forma e corpo numismático.

Dos desenhos seleccionados, da autoria da escultora Clara Menéres, surgiram as esculturas em gesso e os primeiros ensaios de cunho, revelando uma moeda de rara beleza plástica, com um notável retrato do Infante à maneira renascentista, realista e humanista.

No decurso do processo de apreciação pelo Governo do projecto de diploma a autorizar esta amodação, o Banco de Portugal auscultou as instituições de crédito nacionais, distribuidoras ao público das moedas metálicas correntes, recebendo intenções de reserva de 20 000 exemplares, ou seja, de um volume previsível de emissão de 500 000 contos (equivalente ao volume de emissão de uma moeda de prata de 1 000 escudos).

Quando tudo parecia normalmente encaminhado, o banco central mudou de opinião, retirando o seu acordo à emissão desta moeda como espécie corrente, não se opondo, contudo, antes sugerindo ao Governo, que a mesma fosse emitida como espécime numismático sem curso legal, evitando-se, assim, que pudesse ser utilizada como meio de pagamento.

Não sendo prática em Portugal a cunhagem de moedas sem curso legal – que iria contra toda a legislação monetária em vigor – a falta de acordo entre o Estado e o Banco de Portugal inviabilizou a cunhagem desta moeda.

Dela ficaram apenas alguns ensaios monetários depositados no Museu Numismático Português¹⁰ e as reproduções em cobre galvanizado e dourado das suas esculturas originais, que estiveram patentes ao público na exposição realizada na Casa dos Bicos entre Outubro e Dezembro de 2001¹¹.

Faltou nessa ocasião ao Banco de Portugal uma maior capacidade de inovação, de um sentir que se iria fazer história com a emissão dessa moeda, que foi precisamente dessa capacidade, a «arte e o engenho» dos portugueses, que foi possível realizar a saga dos Descobrimentos...

Mas a História também é feita daquilo que não se fez, podendo ter sido feito, ficando esta moeda como testemunho perene da última tentativa de se ter em Portugal um Escudo de ouro republicano.

Lisboa, Dezembro de 2001

(10) Veja-se Alberto Gomes, *Moedas Portuguesas*, 2.ª ed., Lisboa, 1996, p. 432 (Ensaio ref.ª E 19.01).

(11) Veja-se o catálogo da exposição acima referido, p. 68.